



O mundo rural: uma proposta de investigação historiográfica

Ironita P. Machado*

A comunicação apresentará a pesquisa em andamento e alguns resultados parciais, o objetivo do estudo é realizar a análise historiográfica da produção de conhecimento pertinente ao “mundo rural”, tendo por objeto as teses defendidas nos últimos quatro anos (2010 – 2014), nos programas de pós-graduação de história do centro-sul do Brasil - USP, UFPR, UFF, UFRGS, PUCRS, UFSC- discutindo e investigando os elementos epistemológicos e historiográficos que fundamentam a constituição da História Rural como campo de investigação.

O Problema de estudo

As questões fundiárias e agrícolas, comumente remetidas ao mundo rural, permanecem no centro dos interesses da área de história, reconhecidas ora no campo da História Econômica ora no campo da História Social, o fato é que predomina a interdisciplinaridade do conhecimento.

Estes estudos tem por matriz teórico-metodológica originária a história econômica¹ pelo fato de ocupar-se de análises referentes à propriedade, posse, exploração da terra, sendo que predominam três tipos de abordagens: a história da agricultura, voltada aos estudos da tecnologia e economia da produção através de métodos, instrumental e organização da agricultura; a história agrária, de maior abrangência, ocupa-se da estrutura social rural, das formas de apropriação e uso da terra, condições jurídicas e sociais dos trabalhadores rurais, as diferentes modalidades

* Prof.^a Dar^a do Curso de Licenciatura e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo; iropm@upf.br.

¹ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Historia económica de América Latina, t. 1, Sistemas agrários y historia colonial*. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1pp984, 1. ed. 1979, p. 27-43. Ver esta análise de Meuvret esquematizada em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; YOUNG, Eric van. La historia rural de México desde Chevalier: historiografía de La hacienda colonial. In: CÁRDENAS, Enrique. (Comp.). *Historia económica de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 377.

históricas de organização e exploração da força de trabalho – enfatizando as relações de trabalho e tipologias agrárias; a terceira abordagem, a história rural, considerada por muitos historiadores como a síntese das anteriores, ocupa-se das relações sociais, econômicas e políticas das sociedades, especialmente das sociedades pré-industriais (teoria e economia), estudos macro e microeconômicos da produção, distribuição e circulação no setor agrícola da economia, considerando os objetos e problemas de pesquisa das duas anteriores.

Neste panorama encontra-se a justificativa para o desenvolvimento desta pesquisa, colocando-se algumas questões, tais como: qual matriz teórico-metodológica orienta as pesquisas acerca do mundo rural, nos últimos cinco anos? Quais temas, problemas, perguntas e proposições científicas, no “campo da história rural”, caracterizam especificidades históricas (temporal e espacialmente) e/ou são predominantes? Tendo em vista que estes estudos do mundo rural se viabilizam numa perspectiva da história regional, outra questão é: as investigações, no campo histórico do mundo rural, a qual totalidade do nacional/mundial podem ser remetidas?

Vele dizer, a História Agrária desenvolveu-se articulada com a história regional e local. Na sua especificidade a História local e regional propõe estudar atividades de grupos sociais historicamente constituídos – assentados numa base territorial e com identidades culturais, de organizações comunitárias, de práticas econômicas – identificando suas interações exteriores, na perspectiva da totalidade histórica. Por conseguinte, é necessário inquirir a respeito do atual *estado de arte* da produção historiográfica acerca do mundo rural.

Nas últimas décadas do século XX e início do XXI, a questão agrária trata da perspectiva social, abordando a situação jurídica da terra e as relações de trabalho, pontos de partida de um programa de reforma agrária ou da interferência na organização da propriedade da terra e nos modos de sua utilização. Portanto, sistematizou-se a História Agrária como campo de conhecimento específico desde início do século XX, associando-se, conforme Linhares², o estudo de mudanças operadas pela ação dos grupos sociais através dos tempos, com o da relação do homem com o seu meio físico: a história voltando-se ao passado em busca de informações e registros precisos, capazes de explicar a sociedade humana nas múltiplas determinações e complexidades. Aqui, a pergunta é: nos últimos anos, as pesquisas de História Agrária, enunciadas de História

² LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus p 1997. 165-166.

do mundo rural, envolvem que problemas ou perguntas de trabalho, diante da atual conjuntura multifacetada de reivindicações sociais em torno da questão agrária e fundiária no Brasil, em especial na região centro-sul?

Em vista disso, a pesquisa historiográfica referente ao mundo rural como campo de investigação faz-se necessária como possibilidade de identificação e discussão das concepções teórico-metodológicas que definiram as *ferramentas e formas* da escrita da história, potencializando o debate em torno dos limites e possibilidades, avanços e entraves no que se refere ao campo disciplinar da História. Assim, tanto quanto a produção historiográfica - escrita da história que registra acontecimentos presentes e passados-, os estudos sobre elas são importantes por desempenharem o papel fundamental de possibilitar a reflexão sobre as representações, que, trazidas a público, são reconhecidas, *legitimando* a historicidade da sociedade representada. Essas representações tanto podem auxiliar na compreensão da realidade como mascará-la, de modo que aqui reside o *locus* da questão: a plausibilidade do conhecimento histórico e a construção de identidades, limites e possibilidades da produção historiográfica (MACHADO, 2001).

No estudo que ora apresentamos para a análise historiográfica circunscreve-se a três níveis de discussão - conceitual, historiográfico e metodológico - e se centra na problemática da História do Mundo Rural como campo de investigação. Dito de outra forma: objetivamos discutir, investigar e propor os elementos epistemológicos e historiográficos que fundamentem a constituição da História do Mundo Rural como campo de investigação.

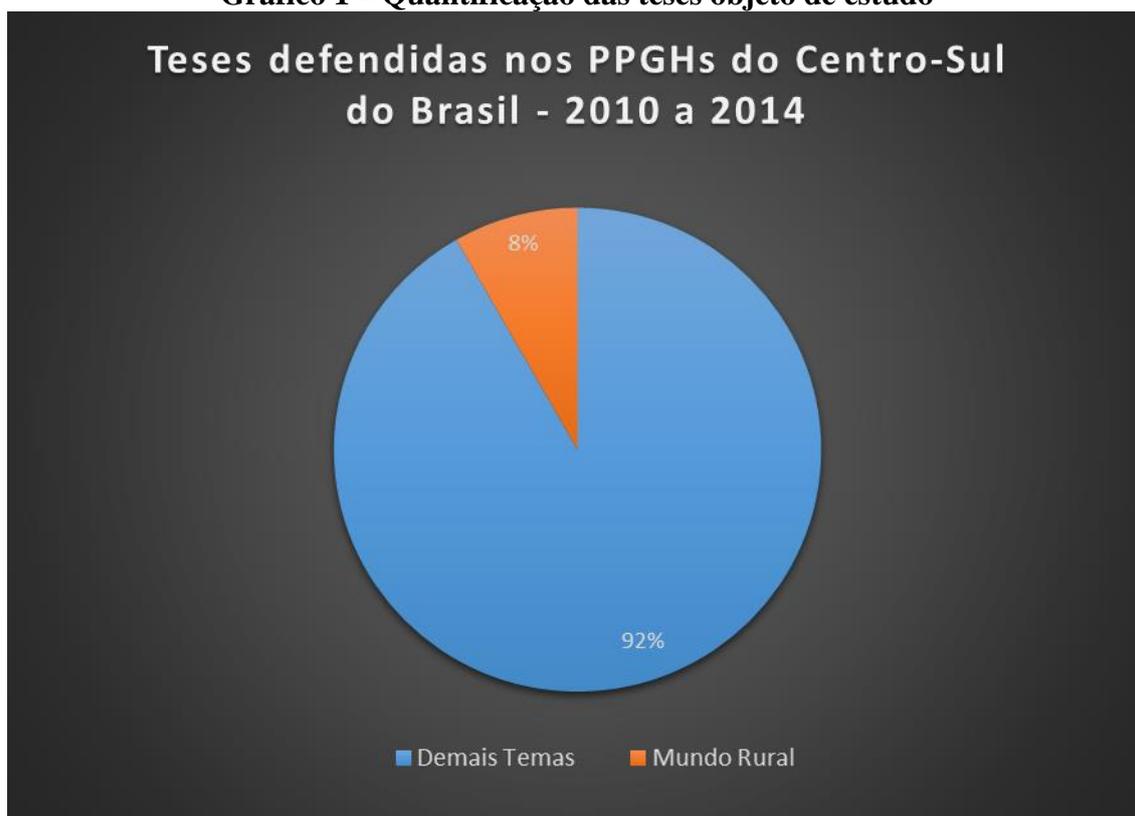
Por fim, entendemos o estudo historiográfico como uma necessidade de fundamentar teoricamente o recorte temático proposto, ou seja, a História do Mundo Rural. Em estreita relação com as discussões conceituais, faz-se necessário reflexões e debates teórico-metodológicos de produções historiográficas (teses) que investigam questões nucleadas em torno da terra, sejam elas referentes à ocupação do espaço, a posse e a propriedade, ao direito e a legislação, ao meio e as relações socioculturais, o papel e o lugar da natureza na vida do homem, o processo de capitalização, entre outras, que se apresentam de forma processual e adquirem características específicas de acordo com o conjunto de fatos que constituem as conjunturas históricas, momento em que é possível constatar a culminância da aplicação de normas e de políticas públicas fundiárias, elaboradas, decretadas e sancionadas por sujeitos que encarnam a instituição

constituindo o caráter histórico social do direito. Assim, nesse viés, espera-se promover o diálogo entre os historiadores do mundo rural.

Metodologia e resultados parciais do estudo

A proposta de análise historiográfica da produção de conhecimento pertinente ao “mundo rural” foi realizada através do estudo de teses defendidas nos últimos cinco anos (2010 a 2014), nos programas de pós-graduação de história do centro-sul do Brasil. Foram cartografadas o total de quatrocentas e sessenta e nove (469) e, destas, trinta e oito (38) referentes a História do Mundo Rural (neste momento optamos por esta denominação pela necessidade de síntese, mas no decorrer do texto as reflexões pertinentes aparecerão), sendo as seguintes: USP - 6, UFPR 2, UFF 17, UFRGS 3, PUCRS 2, UFSC 8³. Como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 1 – Quantificação das teses objeto de estudo



Fonte: Banco de Dissertações e Teses dos PPGHs e CAPES. Elaboração da autora.

³ Optamos, neste momento da pesquisa, em trabalhar com esta amostragem. No entanto, a UFRJ, UFRRJ, Unicamp e Unesp serão incorporadas em outra etapa da pesquisa.

Tomando-se os totais e os percentuais, constata-se que a História do Mundo Rural – temáticas direta ou diretamente relacionada ao rural, é apenas 8%. Isso, demonstra que a temática, em termos quantitativos, não se destaca. Neste mesmo sentido, destaca-se o PPGH da UFF como referência nestes estudos, com dezessete teses defendidas no período, assim, no que nos parece, consolidando-se neste campo de investigação histórica.

Utilizamos como método, para viabilizar a reflexão sobre o problema e os objetivos propostos, a *matriz disciplinar da história*⁴, que corresponde à inter-relação sistemática de cinco fatores, necessários, cada um por si, e suficientes, no seu conjunto, para organizar o conhecimento histórico como processo cognitivo e, no caso desta pesquisa, para a análise historiográfica. Os cinco fatores possíveis de análise são os seguintes: interesse pelo conhecimento; perspectivas orientadoras; *regras metódicas*; *forma de representação historiográfica*; e, *função* - didática da história. No entanto, pelas limitações deste texto, discutiremos apenas os três primeiros fatores.

A medida em que faremos uma breve explicação de cada fator da matriz disciplinar, traremos os elementos identificados nas teses e as variáveis que, ainda, serão teorizadas. É importante esclarecer que as teses foram lidas individualmente, e a leitura foi orientada pelos referidos fatores, no entanto, para o objetivo de análise serão tomadas no geral.

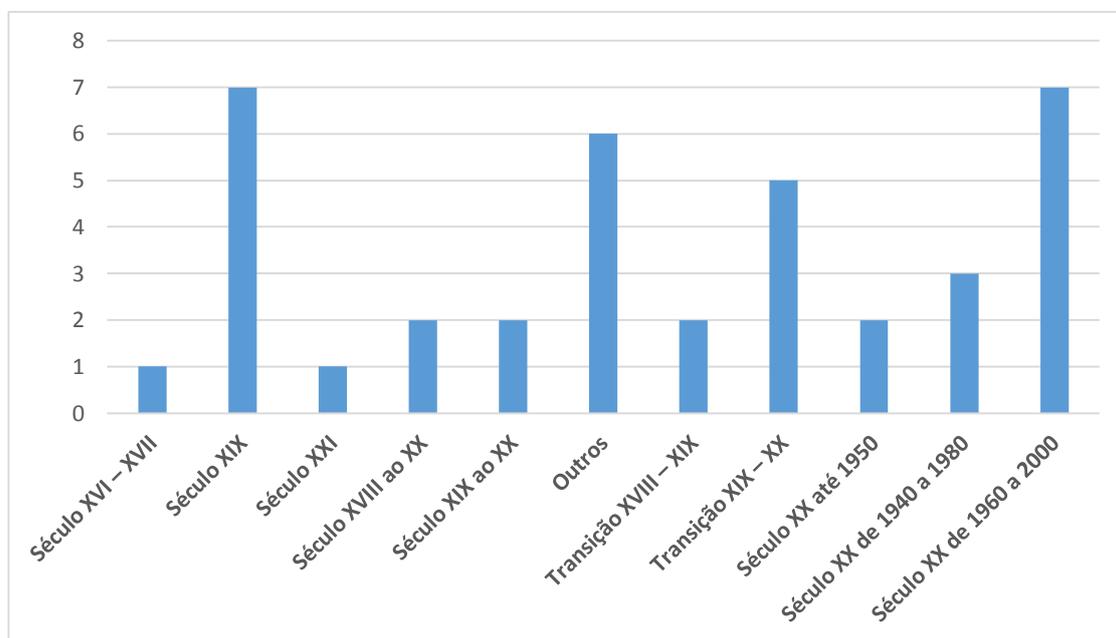
O primeiro fator, *o interesse pelo conhecimento* corresponde ao lugar social do historiador e ao contexto problemático desse, gerando as necessidades de orientação da práxis cotidiana, o que nos possibilita identificar as motivações historiográficas e tematizar questões de identidade. Neste fator dois elementos foram evidenciados. O primeiro diz respeito a carreira acadêmica dos doutores, ou seja, na grande maioria são sujeitos que veem construindo à reflexão e a prática de pesquisa desde a graduação – iniciação científica ou trabalhos finais de curso-, participando de grupos e laboratórios de pesquisa; o segundo elemento, estreitamente relacionado ao primeiro, corresponde aos problemas de investigação fortemente associado ao lugar social de origem, bem

⁴ Matriz disciplinar da história ou matriz epistemológica, do tipo ideal da ciência histórica, proposta por Rüsen e Kuhn, que possibilita realizar a análise historiográfica, entendida esta última como a forma de teorização e representação das experiências humanas que resulta numa história escrita, a qual, consciente ou inconsciente, está filiada a certos modelos epistemológicos. Ver, entre outros: KUHN, Thomas S. A. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1979; RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudanças de paradigmas na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, A. B.; GERTZ, R. E. *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ediufrgs, 1987. p. 14-40; MACHADO, Ironita P. *Cultura historiográfica e identidade: uma possibilidade de análise*. Passo Fundo: UPF, 2001.

como a incorporação teórica à linha de pesquisa (e do professor orientador) do programa de pós-graduação que está vinculado. Esta questão ficará melhor ilustrada quando apresentarmos os recortes espaciais e temáticos da pesquisa.

As *perspectivas orientadoras*, segundo fator, diz respeito às orientações teóricas que possibilitam que o passado seja conhecido como história; portanto, por meio dele identifica-se como os historiadores reportam-se ao passado, observando o tratamento dado por eles ao tempo, às mudanças, aos fatos históricos e aspectos que são contemplados. O terceiro fator diz respeito as *regras metódicas*, ou seja, as formas pelas quais as experiências do passado foram inseridas nas perspectivas orientadoras através da pesquisa, de acordo com a opção teórica/da concepção de história; esse elemento nos orienta à análise para a identificação das fontes utilizadas e das formas de sua utilização. Estes dois fatores entrecruzam-se por isso nesta comunicação trataremos apenas de três aspectos que se fazem presente nos dois fatores, sendo eles: os recortes temporal, temático e espacial. Os quais são apresentados abaixo.

Gráfico 2 – Recorte temporal das temáticas de investigação das teses



Fonte: Banco de Dissertações e Teses dos PPGHs e CAPES. Elaboração da autora.

Para representar os recortes temporais optamos em coloca-los em séculos para contextualizar os períodos históricos. Assim, os séculos de maior concentração das pesquisas foram o século XIX, correspondendo a diversos temas e períodos do Império,

seguido pelo século XX (de 1960 a 2000), correspondendo aos períodos em que se buscou a modernização socioeconômica brasileira que, por sua vez, provocou grandes transformações no mundo rural e, ainda, a conjuntura de transição do Império para a República brasileira – XIX – XX. Nesta perspectiva de constatações, observa-se que os séculos XVI ao XVII (transição) e o século XXI (história imediata), com apenas um trabalho cada um, corresponde aos extremos cronológicos e, também, o século XVIII ao XX e o século XIX ao XX como dois trabalhos em cada delimitação configurando-se na longa duração.

Não entendam que esta opção traduz a história cronológica, criada no fim do século XIX, que tem sido objeto de críticas pela forma linear com que organiza o tempo, de acordo com a ideologia do progresso. Ao contrário, a indicação cronológica é opção para situar as temáticas quantitativamente, o que se constata é que a concepção que permeia os críticos dessa organização cronológica, da maioria das teses, é a orientação de matriz francesa da década de 30 do século XX, pertencentes à Escola dos Annales.

Acerca desse pensamento, Marc Bloch (1965) enfatizou que o papel do historiador como ele próprio, é ir além da ordenação cronológica dos acontecimentos, sendo seu dever maior pensar os acontecimentos, no tempo da duração, que é tempo contínuo, mas também o de mudança constante. Continuidade e mudança constituem os atributos cuja antítese faz surgir os grandes problemas que o historiador tem de desvendar. E, também, Fernand Braudel (1986) pensou a duração como fundamento da problemática histórica, preocupou-se em situar e delimitar com precisão os diferentes ritmos e níveis que a integram. Para ele, a relação das sociedades com a duração é o ponto específico da investigação histórica. Os fatos históricos têm uma duração distinguível em três ordens que não se diferenciam pelas medidas de tempo, como as categorias: “menos de um ano”, “a cada século”, “mais de um século”.

É inegável que as teses analisadas, na sua maioria, seguem estes princípios. No entanto, percebe-se certa fragilidade de interpretar os problemas de investigação considerando a relação das sociedades com a duração – permanências, mudanças, simultaneidades. Provisoriamente, creio que um dos motivos está na predominância da problemática ser suprimida pela simples e pura revisão historiográfica. Não que esta não seja necessária, ao contrário, é extremamente necessário identificarmos na historiografia as interpretações históricas como matrizes de conhecimento sobre a temática em estudo

e as leituras das experiências históricas pretéritas, capazes de lançarem possibilidade de análise das perguntas e necessidades sociais do presente na longa duração.

A identificação das temáticas, também, feitas com base na leitura individual das teses e, posteriormente, agrupadas em torno de cinco eixos. Os eixos foram evidenciados pela incidência com que apareceram nas pesquisas, seja como questão central do problema ou conceito empregado para tornar o objeto inteligível, como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Temáticas de investigação das teses

Modernização	Propriedade	Movimentos Sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Tecnoburocracia e modernização agrícola • Modernização agrícola – estrutura agrária – monopólio • Modernização rural • Políticas públicas – tecnoestrutura – modernização agrícola • Crescimento mercado interno – estado – processo de modernização (indústria açucareira) 	<ul style="list-style-type: none"> • Questão agrária – legislação (Lei Hipotecária e Lei de terras XIX) • Conflito agrário – processo de conquista da terra • Trabalhadores Rurais – sujeitos envolvidos na luta pela terra • Agricultura atividade moralizadora, disciplinadora- assegurar a propriedade e colonizar • Ocupação agrícola: economia e demografia 	<ul style="list-style-type: none"> • Questão agrária – Igreja e movimentos sociais • Sindicalismo rural
Outros	Modos de Produção/ Capital	Transformações ambientais
<ul style="list-style-type: none"> • Serviço de alimentação do Trabalho e da previdência Social (SAPS) • Redes de sociabilidade – família – poder • Agricultura - Campo científico-institucionalização (agronomia) projeto e ação • Ideologia desenvolvimentista/CEP AL – Projeto nacional e regiões periféricas • História da alimentação no Brasil a partir de Câmara Cascudo – expansão da indústria de alimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento sustentável – economia • Atividade mercantil e padrão de investimento que antes era destinado a atividade rural passa para o urbano • Reprodução ampliada do capital • Indústria de reciclagem – modos de produção – ecoeficiência – modos de produção • Comércio – charqueadas – integração à dinâmica do capitalismo internacional • Economia e cultura indumentária 	<ul style="list-style-type: none"> • História Ambiental – projeto de colonização e atividades ervateiras – transformações da paisagem a ação humana – modernização agrícola • Relações ambientais e modos de vida histórico e culturalmente constituído – história comparada • Transformações ambientais – práticas e produção rural – mata atlântica • Mudanças de padrão de transporte – estrada de ferro – navegação – hidrelétricas – transformações ambientais (governo, população e meio ambiente) • Devastação florestal araucária – indústria madeireira, atividade agropecuária, crescimento urbano • Cooperativismo – processo de colonização e produção (vinicultura)

Fonte: Banco de Dissertações e Teses dos PPGHs e CAPES. Elaboração da autora.

Os conceitos que constituem os cinco eixos – modernização, propriedade, movimentos sociais, modo de produção, transformações ambientais – estão presentes nos temas e objetos investigados e no que diz respeito aos referenciais historiográficos. Nesta perspectiva, destaca-se que na historiografia há o predomínio de abordagens distintas entre história política, história econômica e, também, história agrária; assim, como nas teses em estudo, poucos trabalhos assumem o diálogo entre os campos de conhecimento, exercício interpretativo que se faz necessário avançar.

Portanto, certos de não termos apresentado todas as variáveis, as reflexões aqui presentes objetivam destacar temas, problemas da pesquisa histórica consideradas centrais à realização de um balanço teórico-metodológico do que e como se tem configurado a história do mundo rural. Esta tarefa será realizada, com rigor e aprofundamento teórico, em outra etapa da pesquisa, mas já é possível fazer o delineamento de uma proposição.

Constata-se pelos temas e eixos, pela revisão historiográfica e referenciais teóricos das teses analisadas, pelas linhas de pesquisa a que estão vinculadas, bem como pela declaração dos historiadores que a predominância de matriz teórica é a História Social⁵ e, em menor número, a História Econômica⁶. Neste aspecto queremos trazer a reflexão sobre a questão da História do Mundo Rural se constituir em campo de investigação. Ariscamos propor que ele já está se configurando, mas o que lhe falta é uma sustentação teórico-metodológica sistematizada.

Nossa proposição está sustentada no fato de que os referidos eixos temáticos articulam simultaneamente quatro campos de investigação histórica, a saber: agrícola, agrário, econômico e ambiental. Todos orientados por uma ou mais matriz teórica acima indicada e direta ou indiretamente situados no mundo rural.

⁵ CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S. Agricultura; LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Op. cit.; LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História da agricultura brasileira: combates e controvérsias. São Paulo: Brasiliense, 1981. FONSECA, Hélder Adegar. A propriedade da terra em Portugal, 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MOTTA, Márcia M. M. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. In: *Revista Lutas & Resistências*. Londrina, v. 1, p. 42-59. Set. 2006; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Orgs.). Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850. Lisboa: Vega, 1989, p. 213-240.

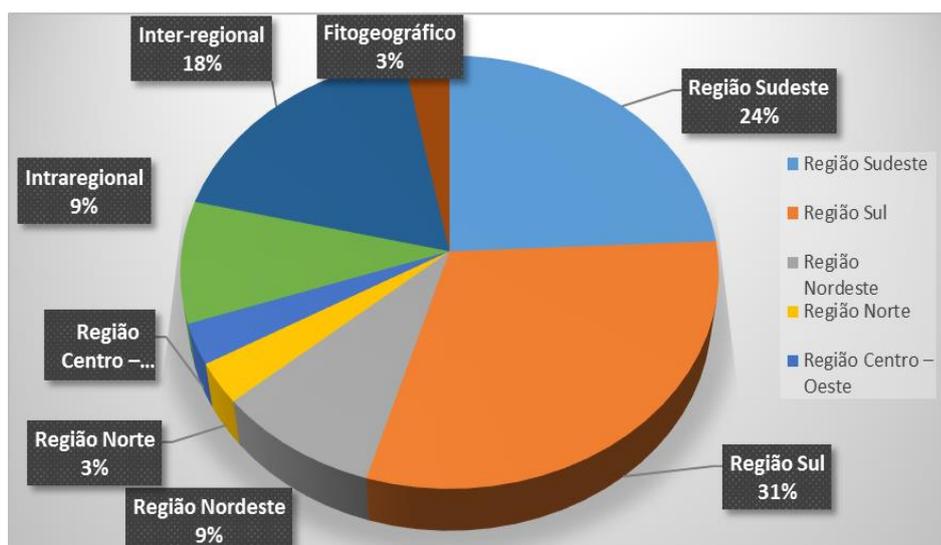
⁶ FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. História económica de América Latina, t. 1, Sistemas agrários y história colonial. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1pp984, 1. ed. 1979, p. 27-43. Ver esta análise de Meuvret esquematizada em: CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997; YOUNG, Eric van. La historia rural de México desde Chevalier: historiografia de La hacienda colonial. In: CÁRDENAS, Enrique. (Comp.). Historia económica de México. México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 377.

Dito de outra forma, as teses ocuparam-se de análises referentes à propriedade, posse, exploração da terra e, de acordo com a explicitação feita anteriormente, predominam três tipos de abordagens: a história da agricultura, voltada aos estudos da tecnologia e economia da produção através de métodos, instrumental e organização da agricultura; a história agrária, centrando-se nas análises da estrutura social rural, das formas de apropriação e uso da terra, condições jurídicas e sociais dos trabalhadores rurais, as diferentes modalidades históricas de organização e exploração da força de trabalho – enfatizando as relações de trabalho e tipologias agrárias; a terceira abordagem, a história rural que perpassa pelas abordagens anteriores e abarca as discussões referentes as transformações ambientais.

Nossa hipótese nesta etapa de reflexão é de que a História Rural pode ser pensada e fundamentada como síntese das duas anteriores. Desta forma, considerando os objetos e problemas de pesquisa da história da agricultura e da história agrária, a pesquisa nos demonstra que se tem uma ampliação da perspectiva da investigação do rural, ou seja, diante da pluralidade de temas, problemas e objetos de estudo analisados de forma interdisciplinar e transversalizando o campo agrícola, agrário, econômico e ambiental, nucleadas em torno da terra, parece-nos, até este momento, justo defendermos a posição de que se tem um campo de investigação na História potencial a ser denominado de História do Mundo Rural.

A par destas considerações, a questão que se coloca é do recorte espacial. Como já dito, considerando que a história agrária se desenvolveu articulada com a história regional e local, também dedicada ao estudo das estruturas e das organizações do espaço rural, como resultado da atividade do homem. Corroborando à afirmação, tendo como referencial as inferências feitas anteriormente, e para melhor ilustrar vamos cotejá-la com a síntese dos recortes espaciais procedidos nas teses, como ilustra o gráfico abaixo.

Gráfico 3 – Recorte espacial dos objetos do conhecimento histórico das teses



Fonte: Banco de Dissertações e Teses dos PPGHs e CAPES. Elaboração da autora.

É consenso, entre os historiadores, a afirmação de que a História é a “ciência do homem no tempo”, da mesma forma, o espaço deve ser concebido como uma construção social. É este objetivo que pretendemos demonstrar. Primeiramente, é importante esclarecer que a opção pelo conceito região empregado no gráfico não desconsidera o caráter sociológico, cultural, econômico, natural e político do espaço apenas optamos por um dos aspectos da geografia sobre o espaço, a localização astronômica. Aspectos que considerados no seu conjunto delinea a concepção de espaço como fruto da construção social.

Não interessa aqui caracterizar em detalhe as matrizes conceituais de espaço. Interessa só fazê-lo enquanto necessário para definir o conceito de região, porque se faz presente em todas as teses e, poucas o discutem, também, por ser condição *sine qua non* para a discussão dos recortes espaciais e temporais.

Assim, a opção pela localização espacial é apenas para melhor situar o recorte espacial dentro de uma base territorial. Por exemplo, na Região Sudeste estão localizados diversos recortes regionais, sendo 3 abrangendo São Paulo, 3 Minas Gerais, 1 Rio de Janeiro, 1 Triângulo Mineiro; na Região Sul localizam-se 3 no Paraná, 4 no Rio Grande do Sul e 2 em Santa Catarina; na Região Nordeste, os recortes regionais contemplam 1 no Maranhão, 1 no Piauí e 1 na Bahia; e, a Região Centro-oeste apenas 1 em Goiás.

O que se constata é que todo espaço tem uma base territorial, principalmente, quando se trata de temáticas do mundo rural, e a partir deste universo é recortado pelo objeto de investigação e constitui uma região. Nesta perspectiva, ainda, temos os

recortes espaciais dos objetos do conhecimento histórico das teses que denominamos de Inter-regional – 6 teses-, correspondendo aos objetos de estudo que abrangem ou são entrecruzados por mais de uma região e Intraregional – 3 teses-, quando o objeto de estudo está inserido num desenho que conforma uma região, por exemplo, as fronteiras naturais, culturais, econômicas, simbólicas e que extrapolam o território nacional. Destoando dos demais, mas não menos importante, o espaço recortado pelo critério Fitogeográfico, correspondendo a constituição de uma região com base na distribuição, adaptação e associação das plantas de acordo com a localização geográfica e sua evolução, que na investigação histórica é interpretada, também, considerando as relações socioculturais, o papel e o lugar da natureza na vida do homem.

Tentando sumarizar, parte-se da ideia de que a região é constituída por um conjunto de identidades singulares e de lógicas próprias, que extrapolam as marcas geográficas, podendo ultrapassar as fronteiras nacionais ou supranacionais tradicionais. A região se concebe como resultante de múltiplas determinações, de ingerências culturais e materiais e de estruturas sociais com suas próprias contradições. É particular no sentido de uma especificação da totalidade da qual é parte. A ideia é estabelecer uma dialética entre o geral e o particular, entre o contexto e a especificidade, sendo que, neste vínculo, adquire maior força explicativa o particular. Esta forma de fazer História leva a flexibilizar modelos, sejam políticos ou econômicos ou de estruturas mentais, e a reconsiderar metodologias e técnicas de abordagem. Isso não quer dizer que se abandonem as representações generalizantes, se não que as tornem mais complexas, estando o pêndulo da balança, desta vez, mais inclinado à singularidade.

A par de todas as considerações aqui feitas, nos parece que não temos uma proposta de abordagem de regional e, sim, ao recortamos o espaço, socialmente construído, teremos sempre uma região, portanto, uma História Regional. Uma abordagem histórica que não se refere a abordar o regional estanque em si mesmo, mas, sim, como um veículo para uma leitura do "regional" por meio de uma análise que reconheça a complexidade da realidade concreta e suas representações, sem, contudo, perder de vista o modo como as regiões se articulam com as diferentes dimensões dos sistemas que as contêm.

Ainda, podemos entender a questão na perspectiva da metodologia da pesquisa histórica⁷. A pesquisa histórica deve considerar a relação entre espacialidade e

⁷ SANTOS, Milton, Espaço e método. São Paulo; EDUSP, 2008; ___*A natureza do espaço*. 4ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

temporalidade, a problemática do recorte e da delimitação das fronteiras. Para que entendamos os fundamentos e o nível de alcance explicativo das pesquisas resultantes da concepção de região como base de espacialidade, é necessário proceder ao mapeamento das várias concepções de espaço e região correntes na historiografia. No entanto, é perceptível empiricamente que a *história não se inscreve fora do espaço e não há sociedade a-espacial*.⁸

O regional é muito mais do que um espaço físico. É um conjunto de relações e articulações estruturadas em torno de identidades singulares. O enfoque regional oferece novas óticas às análises nacionais, podendo apresentar todas as questões fundamentais da história a partir de ótica que desvela o específico, o próprio, o particular – movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc. – nas suas múltiplas relações com o geral (RECKZIEGEL, 1999, p. 15-23). A historiografia nacional ressaltaria as semelhanças, enquanto a regional lidaria com as diferenças, a multiplicidade, sem que exista processo de exclusão, mas de enriquecimento e complementaridade entre as duas esferas. (AMADO, 1990, p. 12-13).

Na tentativa de visualizar os elementos essenciais da definição de região, tentamos sumariar a forma como o conceito abarca a relação espacialidade-temporalidade, como viabiliza a operacionalização das multiplicidades espaciais dentro da totalidade e determina os elementos que caracterizam uma região, bem como a delimitação das fronteiras de acordo com recortes realizados, para tal propósito tomamos os referenciais de Reckziegel (1999), Viscardi (1997) e Bajaras (2009) de um lado e os elementos identificados nas teses: a) a questão da espacialidade-temporalidade: o espaço visto como produto da ação humana, numa dialética temporal, ou seja, sua carga de historicidade é concebida como matriz do movimento real de transformações sociais (história a ser construída); b) a questão das singularidades da totalidade: espaço regional é uma questão de recorte, com base na problemáticas de pesquisa e perguntas de trabalho, ou seja, os lugares, áreas, regiões (micro) são áreas funcionais, são expressões da totalidade, as quais vivem processos de transformação através do tempo, como consequência das transformações que ocorrem na totalidade; c) a questão da caracterização de uma região e o estabelecimento de fronteiras: essa se dá pela inscrição do trabalho humano no espaço; pelo modo como os homens transformam a natureza em cada momento e pelo modo de produção que estrutura a sociedade, dando-lhe uma organização peculiar de espaço; pelas formas de apropriação do espaço

⁸ SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2008, p. 32-33.

social, enfim, pela forma como as relações societárias organizam o espaço e este se estrutura para fazer a acumulação, sendo as suas variações de reprodução (estratégias) numa circularidade temporal que determinam as singularidades espaciais.

Nesse sentido, finalizando, destacamos a constatação de que as teses estudadas, trazem implicações à “região” pelo modo de proceder/tratamento metodológico. Quer dizer, a conceituação de região se dá no tratamento metodológico, pois através do processo de metodização da pesquisa histórica encontra-se a forma de se fugir aos relativismos, encontram-se na intermediação entre a estratégia hermenêutica, que ressalta as singularidades, as peculiaridades individuais através dos fatos que trazem consigo os rastros de identidade, valores e sentimentos (considerando aqui a contribuição da antropologia: análise da cultura), e a estratégia analítica, que busca a interpretação da visão estrutural e das circularidades conjunturais, as quais, por sua vez, apresentam as ações humanas condicionadas a esses.

Como não temos a pretensão de responder às questões nas suas diferentes implicações nesta comunicação, mas apenas de introduzi-las, nesta parte final explicitamos o quarto e quinto fatores da matriz disciplinar da história sobre os quais a análise ainda está em andamento, ou seja, as características do discurso narrativo e a função do conhecimento.

As formas da representação historiográfica ou narrativa histórica - que também é definida a partir da opção teórica/da concepção de história: em nossa análise, reside na identificação e problematização das formas de representar a história, possibilitando que percebamos as representações de “mundo social” do autor presentes na narrativa e, a partir disso, problematizar a plausibilidade científica do conhecimento histórico. E, o fator função do conhecimento diz respeito à didática da história, ou seja, à forma como o conhecimento histórico volta ao contexto sociocultural; quanto a este fator, nossa interpretação se detém nos elementos constitutivos da identidade social - local/regional - para os autores, grupo social e instituições às quais estão filiados.

Dessa forma, a partir das especificidades dos fatores anteriormente elucidadas, bem como do problema definido para nossa investigação, é possível proceder à interpretação da representação do passado com a intermediação de duas estratégias de pesquisa. A respeito da estratégia dialética, entendemos que, no nível da metodização, é possível, portanto, perceber campos produtivos em termos de pesquisa entre estrutura x indivíduo, entre micro x macro ou, ainda, entre história x sujeito.

Assim, a interpretação historiográfica, através da análise das teses, tendo como procedimento metodológico a estratégia dialética, permitirá avaliar/mapear as mudanças estruturais do pensamento histórico e historiográfico, como também abordar articulações do imaginário social, as redes de significações no contexto social e, principalmente, discutir com maior vigor teórico a hipótese da constituição do campo da história rural. Isso, evidentemente partindo do pressuposto aqui apresentado de que a História do Mundo Rural é uma tentativa de síntese das relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais que se materializam na formação da totalidade histórica.

Referências Bibliográficas

- AMADO, Janaína. História e região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. (Coord.). *República em migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.
- BJARAS, Dení Trejo. La historia regional em México: reflexiones y experiencias sobre una práctica historiográfica. *História Unisinos*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, v. 13, n.1, p. 5-18, jan./abr., 2009.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Tradução de Maria Miguel e Rui Grácio. Lisboa: Europa-América, 1965.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. 5. Ed. Lisboa: Editorial Presença, 1986.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história*: Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. História da agricultura. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CASTRO, Flávia Lages de. *História do Direito Geral e do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.
- FAUSTO, Boris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. O Brasil Republicano. 2. ed. v. 1. T. III. São Paulo: Difel, 1977, p. 153-187.
- FONSECA, Hélder Adegar. A propriedade da terra em Portugal, 1750-1850: alguns aspectos para uma síntese. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalves. (Orgs.). *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Lisboa: Vega, 1989, p. 213-240.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. História econômica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion S; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Historia económica de América Latina, t. 1, Sistemas agrários y historia colonial*. 3. ed. Barcelona: Crítica, 1pp984, 1. ed. 1979, p. 27-43.
- KUHN, Thomas S. A. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- LINHARES, Maria Yedda; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- MACHADO, Ironita P. *Entre justiça e lucro: Rio Grande do Sul – 1890 – 1930*. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2012.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. (1998). *Nas fronteiras do poder*. Conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Vício de Leitura/Arquivo público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.
- MOTTA, Márcia M. M. Caindo por terra: um debate historiográfico sobre o universo rural do oitocentos. In: *Revista Lutas & Resistências*. Londrina, v. 1, p. 42-59. Set. 2006.
- RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. História Regional: dimensões teórico-conceituais. *História: debates e tendências*. Passo Fundo: Editora UPF, vol. 1, 1999.
- RÜSEN, Jörn. Reflexão sobre os fundamentos e mudanças de paradigmas na ciência histórica alemã-ocidental. In: NEVES, A. B.; GERTZ, R. E. *A nova historiografia alemã*. Porto Alegre: Ed. Universidade - Ediufrgs, 1987. p. 14-40.
- RÜCKERT, Aldomar A. (1997). *A trajetória da terra: ocupação e colonização do centro-norte do rio Grande do Sul 1827-1931*. Passo Fundo: Ediuopf, 1997.
- SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: EDUSP, 2008.
- TÉRTART, Philippe. *Pequena história dos historiadores*. Tradução: Maria Loureiro. Bauru, São Paulo: ESDUSC, 2000.
- THOMPSON, Eduard P. (1998). *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VISCARDI, Claudia. História, região e poder: a busca de interfaces metodológicas. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora: Editora UFJF, v. 3, n. 1. 1997.
- YOUNG, Eric van. La historia rural de México desde Chevalier: historiografia de La hacienda colonial. In: CÁRDENAS, Enrique. (Comp.). *Historia económica de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.

Fontes:

Teses defendidas no período de 2010 a 2014, nos seguintes programas de pós-graduação: USP, UFSC, UFPR, UFF, UFRGS, PUCRS. Banco de dissertações e teses CAPES e Catálogo dos próprios programas.